

FR.2024.0675

Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20

Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2024

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO – CIF

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

- Protocolo via Sistema Eletrônico -

REF.: *Impugnação à Deliberação CIF nº 769 – Definição de parâmetros comuns para a identificação e cadastro de famílias atingidas pelo Rompimento, pertencentes a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, bem como de seu acesso ao AFE/ASE.*

FUNDAÇÃO RENOVA (“FUNDAÇÃO”), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, com fundamento no art. 59 da Lei nº 9.784/1999, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos da Deliberação nº 769, aprovada no âmbito da 74ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo (“CIF”), realizada nos dias 21 e 23.02.2024 (“Deliberação CIF nº 769”), nos termos expostos a seguir.

1. Por meio da Deliberação CIF nº 769, desconsiderando totalmente o exposto pela FUNDAÇÃO por meio da manifestação à pauta da última reunião ordinária (Ofício nº FR.2024.0407¹- **Doc. 01**), esse Comitê entendeu por aprovar

¹ Manifestação ao item 8 da 74ª Reunião Ordinária do CIF referente à Nota Técnica n.º 51/2023/CT-IPCT/CIF, emitida pela CT-IPCT, para que o CIF confirmasse a validade da Deliberação CIF nº 691/2023.

as conclusões e recomendações da Nota Técnica 50/2023 ("Nota Técnica nº 50"), determinando que:

- (i)** *os povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e pelos rejeitos de minério de ferro, devem ser reconhecidos como tais em termos coletivos e, consequentemente, individuais;*
- (ii)** *A previsão contida no § 2º da Cláusula 21 do TTAC, aplica-se aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais atingidos, posto que a condição de povos originários e tradicionais representa caso excepcional que impõe a flexibilização da exigência documental expressa no § 1º da mesma Cláusula;*
- (iii)** *Sempre que envolver povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a Fundação Renova deverá registrar o enquadramento da/o cadastrada/o e sua família como situações específicas de maior vulnerabilidade que demandam atendimento especializado e prioritário, em conformidade com o § 4º da Cláusula 21;*
- (iv)** *Quando envolver povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a elaboração das listagens das famílias que as integram será de competência de sua respectiva Comissão de Atingidos ou, na ausência, de representação equivalente e referendada por sua comunidade ou coletividade. Tais listas deverão ser encaminhadas aos órgãos competentes e, em seguida, apresentadas à CT-IPCT que as enviará para a Fundação Renova com vistas à coleta de dados complementares, caso necessário, e à efetivação de seu cadastro;*
- (v)** *O cadastramento de seus membros e a inclusão desses e de seus/suas dependentes no AFE/ASE são obrigatórios, produzindo reconhecimento automático do atendimento aos requisitos e critérios desses programas;*
- (vi)** *O Cadastro e o AFE/ASE devem permanecer abertos aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, considerando que há famílias desses grupos até hoje não devidamente atendidas e que novos povos e comunidades vêm sendo reconhecidos pelo CIF como atingidos;*
- (vii)** *em consonância com a decisão judicial de 18/06/2021, proferida nos autos do processo 1012796-52.2021.4.01.3800 pelo juízo da 12ª VFMG, o AFE/ASE deve permanecer acessível a quem tiver livre e voluntariamente aderido ao PIM ou ao novel sistema indenizatório;*
- (viii)** *A cada quadrimestre, a Fundação Renova deverá, em harmonia com o que dispõe a Cláusula 28, realizar atualizações nos cadastros, considerando as demandas encaminhadas pelas Comissões de Atingidos, tendo por base a recategorização dos/as atingidos/as, em decorrência da reconfiguração das famílias (matrimônio, divórcio, nascimentos, falecimentos etc.);*
- (ix)** *Caso haja o reconhecimento pelo CIF da condição de atingidos de outros povos indígenas, quilombolas ou povos e comunidades tradicionais, e seja organizada por suas Comissões de Atingidos a listagem de suas famílias, a Fundação Renova deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de envio pela CT-IPCT, efetuar o devido cadastro de seus membros (titulares e dependentes) e proceder com o pagamento do AFE/ASE retroativo à data do rompimento (05 de novembro de 2015), o que se aplica também às comunidades quilombolas de Vila Santa Efigênia e as do Sapê do Norte, reconhecidas pela Deliberação CIF nº 691/2023; e*
- (x)** *Qualquer alteração de entendimento que a Fundação Renova pretenda adotar sobre a forma de atendimento aos atingidos, de maneira geral, e aos grupos atendidos pela CT-IPCT, em específico, deverão ser submetidos à consulta prévia, livre e informada aos representantes dos povos indígenas, quilombolas*

e povos e comunidades tradicionais que figuram como membros dessa Câmara Técnica, que deverá, caso estes manifestem concordância, levar o caso à apreciação do CIF.

2. Diante disso, a FUNDAÇÃO não teve outra alternativa senão impugnar a integralidade da decisão tomada por esse I. Comitê, reiterando o quanto exposto por meio do Ofício nº FR.2024.0407, bem como o manifestado durante a 74ª Reunião Ordinária.

I – CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS.

3. Nos termos da **Cláusula 51 e 52 do TTAC**, “*compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*” e “*entendem-se como Territórios Tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos Povos e Comunidades Tradicionais, utilizados de forma permanente, mesmo que com uso efetivo sazonal*”.

4. Assim, o **Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais** (“PG-04”) foi planejado e vem sendo executado com base nos acima expostos conceitos, bem como com fundamento na legislação aplicável – ou seja, no art. 68 do ADCT; na Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; no Decreto nº 4.887, de 2º de novembro de 2003; no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, bem como a Convenção nº 169 da OIT, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

5. O principal objetivo do PG-04 é **reparar** impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais **identificados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão (“Rompimento”)**, assim como

promover o desenvolvimento integrado das comunidades tradicionais direta ou indiretamente **impactadas pelo Rompimento**.

6. Como objetivos específicos, tem-se: **(i)** identificar e engajar as comunidades e famílias tradicionais direta e indiretamente impactadas; **(ii)** criar os Canais de Diálogo com as comunidades tradicionais impactadas; **(iii)** realizar Estudos de Impacto Participativos e elaboração de um Plano Básico Ambiental; **(iv)** acompanhar e monitorar as comunidades e famílias tradicionais impactadas no âmbito específico do programa e **(v)** fortalecer social e culturalmente estes povos por meio de ações estruturantes e intersetoriais.

7. Em dezembro de 2016, a FUNDAÇÃO Cultural Palmares ("FCP") reconheceu e certificou a Comunidade de Degredo, em Linhares, como Quilombo, através de tratativa específica.

8. A partir desse reconhecimento, foi estruturado um Termo de Referência para contratação de consultoria para realização de Estudo de Componente Quilombola ("ECQ"). Em 06.05.2017, foi realizada a reunião de apresentação desta consultoria pela FCP, na qual também estavam presentes a Casa Civil da Presidência da República e a FUNDAÇÃO, tendo sido encaminhada a estruturação de uma rotina de diálogo e grupos de trabalho para as tratativas emergenciais.

9. Portanto, caso haja indícios a serem trazidos pelo Poder Público de outras comunidades tradicionais que tenham sido afetadas pelo Rompimento, a FUNDAÇÃO deverá adotar o mesmo procedimento para o seu reconhecimento.

10. Já o ***Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas*** ("PG-03"), nos termos da **Cláusula 39, Caput e Parágrafo Único** do TTAC, prevê que *"a FUNDAÇÃO realize atendimento especializado aos povos indígenas do território Indígenas dos Krenak, Comboios, Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II. Referido atendimento especializado respeita as formas próprias de organização social, costumes, usos e tradições dos povos indígenas, sob a supervisão da FUNAI²".*

² A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

11. Em síntese, o programa traz práticas de mitigação e reparação de impactos de maneira a respeitar e garantir diversos direitos civis e políticos destes povos, respeitando suas especificidades. Nesse sentido, é permanente o diálogo e a realização de consultas livres, prévias e informadas, garantindo que o direito indígena seja respeitado conforme convenção específica. As medidas abrangem o suporte financeiro, abastecimento hídrico, compra de bens para subsistência e de cuidado com o gado.

12. Feitas tais considerações, o que se observa é que, sem respeitar as premissas do TTAC **(i)** para reconhecimento de uma comunidade e/ou território como atingido, **(ii)** para pagamento de auxílios e indenizações decorrentes do Rompimento; e **(iii)** relacionadas aos poderes atribuídos ao CIF e às Câmaras Técnicas, esse I. Comitê entendeu por bem em aprovar a Deliberação CIF nº 769.

13. Isso tudo, mesmo após a manifestação prévia ao Item de Pauta e as ponderações orais feitas no dia da 74ª Reunião Ordinária do CIF, o que não deve perdurar, sob pena de violação aos termos do TTAC e às premissas estabelecidas para reparação dos danos decorrentes do Rompimento.

II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA DELIBERAÇÃO CIF Nº 769.

14. O Item “e” da Deliberação CIF nº 769, ao tratar das listagens das famílias de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais a serem elaboradas na forma do Item “d” da Deliberação, determina que o *“cadastramento de seus membros e a inclusão desses e de seus/suas dependentes no AFE/ASE são obrigatórios, produzindo reconhecimento automático do atendimento aos requisitos e critérios desses programas.”*

15. Além disso, o Item “f” da Deliberação estabelece que: *“O Cadastro e o AFE/ASE devem permanecer abertos aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, considerando que há famílias desses grupos até hoje não devidamente atendidas e que novos povos e comunidades vêm sendo reconhecidos pelo CIF como atingidos.”*

16. A determinação em questão, para que a FUNDAÇÃO realize o cadastro dos membros dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, configura manifesto descumprimento à decisão proferida em 30.10.2021, nos autos do Processo nº 1000415-46.2020.4.01.3800 ("Eixo Prioritário 7"), em trâmite perante a 4ª Vara Federal, na qual foi determinado que **o cadastro para fins de elegibilidade aos Programas Socioeconômicos executados pela FUNDAÇÃO** – dentre os quais estão incluídos o PG-04 e o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial ("PG-21" ou "PAFE") – **apenas seria realizado para aqueles que formalizassem a sua solicitação até 31.12.2021**. Observe-se:

"[...] Consoante já dito, houve tempo mais do que suficiente (06 anos) para que as pessoas se manifestassem perante a Fundação Renova reivindicando a condição de atingidos/impactados, fazendo valer seus respectivos direitos. Basta "telefonar" para um número 0800 (ou comparecer a uma central de atendimento da Renova) informando o seu desejo de ser cadastrado como impactado e nada mais. É preciso, assim, colocar uma data limite para que as "solicitações/manifestações de cadastro" sejam admitidas, sob pena de ter um universo eterno de atingidos reclamando essa condição, impedindo a delimitação objetiva do universo de pessoas a serem tratadas pelo sistema, incentivando fraudes e mais fraudes, e, por fim, obstando qualquer programação financeira-orçamentária por parte da Fundação Renova. Assim sendo, para fins de acesso ao Programa de Indenização Mediada ("PIM") e demais programas socioeconômicos previstos no TTAC, tenho que as "solicitações/manifestações de cadastros" devem ser admitidas pela Fundação Renova até 31 de dezembro de 2021, findo o qual considera-se definitivamente encerrada essa fase preliminar. Registre-se que se está oportunizando ao indivíduo manifestamente silente (inerte) o prazo total de 06 anos e 02 meses para que o mesmo "telefone" para um número 0800 (ou compareça a uma central de atendimento da Renova) informando o seu desejo de ser cadastrado como impactado. [...]"

17. Logo, observa-se que a recomendação feita pela Nota Técnica nº 50 e acolhida pela Deliberação CIF nº 769 **contraria a decisão judicial sobre o tema**, vez que possibilita a realização de cadastramento de pessoas que não apresentaram solicitação nesse sentido dentro do prazo estabelecido pela Justiça Federal (ou seja, até 31/12/2021).

18. Há, também, descumprimento de decisão judicial quanto à determinação contida no Item "h" da Deliberação de que: *"A cada quadrimestre, a Fundação Renova deverá, em harmonia com o que dispõe a Cláusula 28, realizar atualizações nos cadastros, considerando as demandas encaminhadas pelas Comissões de Atingidos, tendo por base a recategorização dos/as atingidos/as,*

em decorrência da reconfiguração das famílias (matrimônio, divórcio, nascimentos, falecimentos etc.)”.

19. Com efeito, a decisão judicial acima citada (proferida em 30/10/2021 no Eixo Prioritário 7) estabeleceu que, para aqueles que ainda não tiveram o cadastro realizado pela Fundação Renova, seria concedido o prazo de 03 meses, a contar da respectiva finalização de seu cadastro, para discordarem e solicitarem a revisão de seus cadastros, não prevendo a possibilidade da realização de revisões cadastrais posteriores.

20. Além disso, a determinação de pagamento automático de AFE aos integrantes de tais comunidades desconsidera completamente os requisitos previstos no TTAC para o pagamento de tal benefício, previstos em suas Cláusulas 137 e seguintes, os quais, ressalte-se por relevante, não incluem a tradicionalidade.

21. Importante salientar que existem critérios específicos para o pagamento do AFE, conforme previsto nas Cláusulas 137 a 140 do TTAC. Com efeito, devem ser observados os seguintes requisitos, **cumulativamente**, **(i)** comprometimento da renda; **(ii)** que esse comprometimento da renda tenha sido causado por uma interrupção comprovada de atividades econômicas ou produtivas; **(iii)** que essa interrupção comprovada seja diretamente decorrente do Rompimento; e **(iv)** que exista uma dependência financeira em relação à atividade interrompida. Toda essa análise seria realizada pelo PG-21 após o cadastramento do requerente.

22. Em caso de elegibilidade, o AFE seria devido até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas. Na hipótese de inviabilidade de retomada das atividades, o benefício persistiria até que fossem estabelecidas as condições para nova atividade produtiva em substituição à anterior.

23. Ocorre que, **conforme se observa da Nota Técnica nº 50, não há sequer um critério objetivo para o pagamento do AFE, tampouco estão sendo respeitos os critérios determinados pelo TTAC e pelo PG-21** para pagamento do auxílio, ao arrepio do que dispõe o acordo – o que não se pode admitir.

24. Ora, **o autorreconhecimento ou a identificação dos membros dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais da forma como entendem não são suficientes para configurar a elegibilidade ao AFE ou a qualquer outra forma de auxílio ou indenização.**

25. Inclusive, importante mencionar também que o escopo do PG-21, definido pelo CIF por meio da **Deliberação CIF nº 420**, não prevê qualquer um dos requisitos mencionados na Nota Técnica nº 50 para a concessão do AFE, de modo que o tema sequer poderia ser novamente discutido no âmbito do CIF, nos termos do art. 18, §7º, do seu Regimento Interno, *in verbis*: “**É vedado retomar debate sobre matéria vencida, salvo para justificação de voto ou pela ocorrência de fato novo.**” (g. n.). Ora, não há qualquer justificativa ou fato novo que sustente a reanálise realizada.

26. Além disso, o CIF, de forma unilateral, não possui poderes para alterar os critérios de elegibilidade ao AFE ou a qualquer outra forma de auxílio ou indenização.

27. Ora, no âmbito administrativo, o CIF é responsável pelo controle e supervisão da execução, pela Fundação Renova, dos programas socioambientais e socioeconômicos previstos no TTAC, **respeitados os limites previstos no acordo**, inclusive para fins de definição do direcionamento das ações e projetos, sempre visando o reestabelecimento da situação anterior ao rompimento.

28. O TTAC é claro ao afirmar que o CIF é “*instância externa e independente da fundação, para interlocução permanente com a fundação, e para definir prioridades na implementação e execução dos projetos, acompanhando, monitorando e fiscalizando os resultados*” (Cláusula 06, XX), de modo que **o papel que referido instrumento fixou para o comitê não é o de regulador**, mas de interlocutor, colaborador e parceiro. Sua missão primordial é **apoiar** a FUNDAÇÃO na consecução de suas tarefas.

29. Quando o comitê se comunica por meio de deliberações, nos termos do parágrafo único do art. 4º de seu Regimento Interno: “*No exercício das competências previstas neste artigo, o COMITÊ INTERFEDERATIVO poderá propor procedimentos e **atos normativos perante o PODER PÚBLICO**, respeitadas as competências legais de cada instituição dos entes federativos.*” (g. n.), além de

terem o dever de respeitar a legislação aplicável, **devem se ater também aos limites do TTAC.**

30. Dito isso, destaca-se que o que a CT-IPCT e esse I. Comitê pretendem sustentar com a Deliberação CIF nº 769 está totalmente em desacordo com as obrigações de **reparação** da FUNDAÇÃO, de modo que não deve ser levado adiante, seja pela **(i)** existência de determinação judicial dispondo em sentido contrário – ou seja, pela necessidade de prévio cadastramento pela FUNDAÇÃO, com prazo até 31.12.2021; **(ii)** inobservância dos critérios pré-estabelecidos pelo TTAC e pelo PG-21 para o pagamento do AFE ou de outras formas de auxílio ou indenização; ou **(iii)** impossibilidade de o CIF alterar, de forma unilateral, os critérios para elegibilidade do AFE ou de outras formas de auxílio ou indenização decorrentes do Rompimento.

31. Desse modo, restam demonstradas as razões pelas quais a presente Impugnação merece ser acolhida por esse I. Comitê, **não devendo ter seguimento a determinação fixada por meio da Deliberação CIF nº 769**, devendo ser a deliberação reformada para **rejeição integral** da Nota Técnica nº 50.

III – CONCLUSÃO E PEDIDOS

32. Diante de todo o exposto, a FUNDAÇÃO não pode ser compelida a cumprir as determinações previstas na Nota Técnica nº 50 e na Deliberação CIF nº 769, tendo em vista **(i)** existência de determinação judicial dispondo em sentido contrário – ou seja, pela necessidade de prévio cadastramento pela FUNDAÇÃO, com prazo até 31.12.2021; **(ii)** inobservância dos critérios pré-estabelecidos pelo TTAC e pelo PG-21 para o pagamento do AFE ou de outras formas de auxílio ou indenização; ou **(iii)** impossibilidade de o CIF alterar, de forma unilateral, os critérios para elegibilidade do AFE ou de outras formas de auxílio ou indenização decorrentes do Rompimento.

33. Com a devida vênia em relação ao entendimento exarado por esse I. Comitê, há de se reconhecer que, nos termos da Cláusula 242 e seguintes do TTAC, o papel atribuído ao CIF é o de acompanhar, monitorar e fiscalizar os cumprimentos dos programas pactuados no TTAC, e não o de impor à FUNDAÇÃO o

cumprimento de determinação que se encontra em dissonância expressa com os termos do instrumento.

34. Cumpre deixar consignado que a FUNDAÇÃO não se opõe em prover medidas e ações necessárias à mitigação dos danos causados a quaisquer Comunidades diretamente atingidas pelo Rompimento, **desde que sejam observadas as premissas do TTAC.**

35. Desse modo, a FUNDAÇÃO **(i)** reitera sua discordância à Nota Técnica nº 50; **(ii)** impugna formal e integralmente a Deliberação CIF nº 769; e **(iii) requer a RECONSIDERAÇÃO da Deliberação em referência,** devendo ser a deliberação reformada para **rejeição integral** da Nota Técnica nº 50.

Termos em que,

Pede e espera acolhimento de seus pedidos.

DocuSigned by:

0A91BF99B8CF443...
JÚLIO MOREIRA GOMES
GERÊNCIA JURÍDICA